

04

Processo de aculturação na escola indígena “Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit” no município de Manaus-AM/Brasil

Aculturation process at the indigenous school “Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit” in the municipality of Manaus-AM/Brazil,

Antônio Ruiz da Silva

Universidad De La Integración De Las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.77.4

RESUMO

O tema sobre cultura é bastante complexo. Do ponto de vista antropológico, pode ser definida como a rede de significados que dão sentido ao mundo que cerca um indivíduo, ou seja, a sociedade. Esta rede inclui uma série de diferentes aspectos, como crenças, valores, costumes, leis, moral, linguagem. Hoje os povos indígenas começam a mudar suas culturas, pois com as inovações da internet possibilitou aos indígenas divulgar suas culturas e potencialidades de forma mais independente e autônoma, se fazendo conhecer e dialogando diretamente com a população nacional. O objetivo deste estudo é observar como o indígena moderno relaciona sua cultura e identidade e formas de vida em meio as inovações tecnológicas, uma pesquisa realizada na escola Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit no Amazonas/Brasil. A pesquisa foi qualitativa e etnográfica e a coleta de dados foi feita através de entrevista informal e observação espontânea do contexto. Com a realização deste estudo foi possível perceber uma adaptação dos indígenas aos novos contextos da contemporaneidade, e a perda gradativa de suas culturas.

Palavras-chave: inovações tecnológicas. aculturação. culturas.

ABSTRACT

The topic of culture is quite complex. In an anthropological view, it can be defined as the network of meanings that give meaning to the world that surrounds an individual, that is, society. This network encompasses a set of diverse aspects, such as beliefs, values, customs, laws, morals, language. Today, indigenous peoples are beginning to change their cultures, because with the innovations of the internet, it has made it possible for indigenous people to disseminate their cultures and potential in a more independent and autonomous way, making themselves known and dialoguing directly with the national population. The objective of this study is to observe how the modern indigenous people relate their culture and identity and ways of life in the midst of technological innovations, a research carried out at the Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit school in Amazonas/Brazil. The research was qualitative and ethnographic and data collection was carried out through informal interviews and spontaneous observation of the context. With the accomplishment of this study, it was possible to perceive an adaptation of the indigenous to the new contexts of contemporaneity, and the gradual loss of their cultures.

Keywords: technological innovations. acculturation. cultures.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura apresentar uma análise sobre o processo de aculturação dos alunos da reserva Parque das Tribos da Escola “ Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit” a reserva e escola ficam localizadas na Cidade de Manaus-Amazonas/Brasil. Apresenta de forma sucinta como as modificações em suas culturas com a migração da tecnologia para a tribo. Os alunos indígenas vem vivendo uma crise de identidade, devido viverem nas proximidades do mundo moderno e tecnológico.

As concepções do mundo social e cultural do índio mesmo sendo trabalhado em sala de aula diretamente para os alunos que ali convivem, começa a mudar com o passar do tem-

po. **Situação Problema:** O problema que motivou esta pesquisa surgiu quando observou-se a interação do aluno indígena na mesma sala com alunos não indígenas, percebeu-se que as identidades indígenas começam a perderem seus costumes e tradições, essas transformações afeta a maneira com que o próprio índio se identifica e traça seu futuro. Diante disso procurou-se saber: Pergunta Central: Qual é o impacto do uso da tecnologia na vida dos alunos indígenas da reserva Parque das Tribos da Escola Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit, do Município de Manaus-AM/Brasil, no período de 2020-2021? o presente artigo tem como **objetivo geral:** Identificar a relação cultural, identidade e os modos de vida dos alunos frente a aculturação e os preconceitos. O processo da aculturação se dá pelo contato de duas ou mais matrizes culturais diferentes, isto é, pela interação social entre grupos de culturas diferentes, quando passam a conviverem em um mesmo ambiente, sendo que todos, ou um deles, sofrem mudanças, tendo como resultado uma nova cultura.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A floresta amazônica há muito deixou de abrigar milhares de indígenas. A escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as florestas são alguns dos fatores que motivaram os povos tradicionais a migrar para as áreas urbanas. Em Manaus, Amazonas, eles podem ser encontrados em todas as regiões da cidade. A Fundação do Estado do Índio estima que 15.000 a 20.000 indígenas de várias etnias vivam em áreas urbanas da Amazônia como Sateré-Mawé, Apurinã, Kokama, Miraña, Dessana, Tukano e Piratapuaia. Acredito que 90% dos bairros de Manaus sejam indígenas, disse o presidente da Fundação Estadual dos Povos Indígenas, Raimundo Atratoari.

O processo de aculturação se dá pelo contato de duas ou mais matrizes culturais diferentes, ou seja, pela interação social entre grupos de culturas diferentes, todas ou uma delas passando por mudanças que levam a uma nova cultura. Este, por sua vez, terá como base elementos de suas matrizes culturais iniciais, como é o caso da formação da sociedade brasileira.

Apesar de acreditar que a cultura possa ser um elemento importante da formação da identidade de um grupo étnico, Frederik Barth (2000) sugere que a definição destes grupos deveria se deslocar da cultura para as fronteiras. Ao questionar a ideia de que a diversidade cultural é o resultado do isolamento social e geográfico de grupos distintos, o autor demonstra que as fronteiras étnicas permanecem mesmo em situações de contato, havendo, inclusive, situações em que as fronteiras se baseiam exatamente na dicotomia entre dois grupos (BARTH, 2000, p. 25- 26).

Sendo assim, propõe que a auto atribuição e a atribuição pelo grupo sejam os principais elementos para se pensar as unidades étnicas. Isto significa que as características culturais que apontam a diferença entre grupos podem mudar, a organização dos grupos pode mudar, podem existir processos de mestiçagens, mas mesmo assim, a identidade étnica pode permanecer, mantendo suas fronteiras baseadas em critérios próprios.

As liberdades não são só espaço formal de construção de riquezas individuais, o Estado passa a ser responsável por efetivar os direitos que não podem ser mais atingidos através da garantia de liberdade individual, mas apenas pela organização de instituições sociais (DERANI, 2001).

Os povos indígenas têm seus direitos reconhecidos nas declarações de direitos humanos, sendo protegidos internacionalmente, de forma geral, nos muitos tratados e convenções humanitárias. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no seio da criação da ONU, foi o primeiro documento universal que proclamou direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais válido para todos os humanos. Seus princípios são genericamente aceitos como direito consuetudinário internacional, o *jus cogens*, que exige dos países, quando menos, uma postura política moral no seu cumprimento (STAVENHAGEN, 1997:45).

Aos povos indígenas são reconhecidos expressamente na declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em todo o direito internacional dos direitos humanos. A igualdade de direitos na ordem internacional e interna é complementada com o direito à autodeterminação, ou seja aos povos indígenas é garantida a escolha de seus caminhos políticos, econômicos, sociais e culturais. Tratados como povos distintos, não perdem seu direito de participar plenamente da vida de seus países. Sua identidade étnica, seus valores culturais, seus territórios e recursos naturais devem ser protegidos e reparados, no caso de violação passada ou presente, assim enfatiza (Villares Luiz, 2009).

A igualdade racial e étnica ganha amparo geral com a proteção internacional das minorias étnicas e raciais pelas normas de direitos humanos. Dentro do sistema de direitos humanos das Nações Unidas podem-se apresentar as principais declarações e convenções sobre o tema:

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – A Declaração Universal dos Direitos Humanos estipula que todos são detentores de direitos e liberdades relacionados, independentemente de sua origem racial ou social (art. 2º). O art. 7º afirma que todos são iguais perante a lei e têm o direito à proteção da lei sem qualquer discriminação.

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) – Fundamentada no receio de perseguição com base na raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social particular.

Declaração das Nações Unidas sobre todas as Formas de Discriminação Racial (1963) – Os Estados que a assinaram expressaram o compromisso de eliminar “a discriminação racial no mundo, em todas as suas formas e manifestações e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade de cada pessoa humana”, além da intenção de adotar “medidas nacionais e internacionais para esse fim, incluindo o ensino, a educação e a informação”.

Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965) – É o tratado fundamental em relação aos direitos das minorias étnicas e raciais. Detalhadamente, os Estados se comprometem a eliminar a discriminação racial e promover o entendimento entre todas as raças.

A experiência dos povos indígenas no relacionamento com a sociedade brasileira, a possibilidade e a educação para maior participação política e como resposta a essa intervenção social e estatal, contribuíram para que os povos indígenas comesçassem a lutar pelo reconhecimento e o respeito à sua cultura em geral e à sua forma de organização social. Essa luta toma forma, sobretudo, nas reivindicações pelo reconhecimento dos territórios indígenas e expulsão das ocupações indevidas, pela proteção e exclusiva disposição dos recursos naturais das terras indígenas, por maior autonomia para suas prática tradicionais e por uma educação individualizada (bilíngue e voltada para seus desafios e perspectivas de vida.(Villares Luiz, 1997).

O Brasil, assim como os países latino americanos, foi modificando a sua maneira de coletar dados sistemáticos sobre os povos indígenas ao longo do tempo. Com isso, torna-se

necessário ver como a pergunta sobre raça ou cor nos Censos Demográficos do Brasil se modificou, relacionando essas mudanças com o contexto sociopolítico do país. Como bem resume Nóbrega (2011):

A categorização é mais consistente com as três categorias de cor, branco, pardo e preto, usadas em quase todas as perguntas [de raça ou cor]. Essa categorização pode ser dividida em três períodos. O primeiro é de 1872 a 1910, quando a categorização refletiu as concepções populares e da elite sobre a composição racial brasileira. O segundo é de 1920 a 1950, quando o texto do Censo Demográfico ativamente promoveu e reportou a “braquiação” da população brasileira. O terceiro se dá de 1960 até os dias atuais, onde os métodos de categorização foram generosamente questionados e contestados pelos estatísticos, juntamente com o IBGE, e por grupos organizados da sociedade civil (NÓBREGA, 2011).

Segundo dados do primeiro censo brasileiro ocorreram em 1872, no período imperial. Como a escravidão ainda existia na época, os escravos eram classificados como pretos ou pardos com base na cor da pele ou na raça, enquanto os livres podiam ser classificados como brancos, pretos, pardos ou caboclos.

Os povos e comunidades indígenas residentes em aldeamentos, escravizados ou livres, mas já contatados, constam nesse Censo Demográfico como caboclos. Aqueles que também estavam vivendo em pequenos aldeamentos não reconhecidos pelos governos provinciais e pelo governo central, as missões religiosas, foram recenseados como caboclos (OLIVEIRA, 2012). Essa forma de classificar e registrar os povos indígenas nos dois primeiros censos deixa claro que o governo central só reconhece como parte do povo brasileiro aqueles indivíduos ou comunidades indígenas que se integram à sociedade por meio do trabalho ou da catequese.

A escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as matas são alguns fatores que motivaram povos tradicionais a migrar para áreas urbanas. Em Manaus, no Amazonas, eles podem ser encontrados em todas as regiões da cidade. Apesar de buscar melhores condições de vida na cidade, a maioria dos indígenas vive em situação de pobreza, tem dificuldade de conseguir emprego e a principal renda vem do artesanato. “Geralmente, as comunidades estão localizadas em área de risco. Nunca é numa área boa. A gente sente muita essa dificuldade de viver na cidade. A maioria dos Sateré daqui da aldeia está no trabalho informal, sem carteira assinada. A maior parte fica dentro da aldeia trabalhando com artesanato.

Morar em centros urbanos sem ocultar a ancestralidade e as próprias referências é ainda uma luta para mais de 315 mil indígenas, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número representa 49% do total da população indígena do país. “Há ainda forte preconceito e discriminação. E os indígenas que moram nas cidades são realmente os que enfrentam a situação assim no dia a dia, constantemente”, conta o presidente da Wapixana.

Com o desenvolvimento industrial na década de 1950, intensificou-se o processo de migração para as cidades. Os moradores da zona rural continuaram a procurar trabalho nas fábricas, e com os indígenas não foi diferente, diz a professora.

A Fundação Nacional do Índio (Funai), que tem como missão promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, sofre preconceito e percebe a situação dos povos indígenas que vivem nas cidades. Essa questão do preconceito é comum até entre os servidores.

METODOLOGIA E COLETA DE DADOS

A pesquisa trata-se de uma pesquisa etnográfica com o enfoque qualitativo. Segundo Thompson (1995, p.176) “a pesquisa etnográfica registra o discurso social por escrito, transformando-o de algo transitório a algo fixo”. Segundo Goldenberg (1997, p.46), “o enfoque qualitativo é importante, pois não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim, com a compreensão aprofundada de um grupo social, de uma organização, etc.”

Com o objetivo de Identificar a relação cultural, identidade e os modos de vida dos alunos frente a aculturação e os preconceitos, a pesquisa deu-se no período de 2020-2021, na escola Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit, na reserva Parque das Tribos-Manaus/AM, foram os sujeitos da pesquisa professores que trabalham na escola foco desta pesquisa, que através das perguntas foi possível conhecer um pouco da rotina, culturas e tradições de uma escola indígena.

ANÁLISES DE RESULTADOS

O Parque das Tribos é reconhecido como uma área indígena respeitada por estudantes e pesquisadores de universidades públicas da Amazônia, de outras regiões do país e do exterior. Desde 2014, o município de Parque das Tribos vem sofrendo diversas tentativas de desapropriação. O que deixou os nativos americanos inseguros sobre sua terra natal.

Com a urbanização seus valores das aldeias vão se perdendo, começa e entrar os costumes dos grandes centros urbanos, o que tem deixado o povo indígena e os alunos da escola Uka Umbuesara Wakenai Anamarehit, em situação tensa no que se refere a perda dos seus valores, e identidade, a tecnologia tem influenciado os alunos da escola foco da pesquisa.

Tabela 3 - tematização dos dados e análise etnográfica.

Aporte teórico	Tematização	
ETNOGRAFIA CRÍTICA-DIALÉTICA DA ESCOLA INDÍGENA “UKA UMBUESARA WAKENAI ANAMAREHIT”		
FUNÇÕES DA ESCOLA NO PARQUE DAS TRIBOS E COLETA DE DADOS COM OS INDÍGENAS		
RENDIMENTOS E ANÁLISE RESUMIDO		
Aculturação	Ficou comprovado que a aculturação se deu em virtude das etnias viverem em área urbana, toda carga influência na vida dos alunos os afetou muito, devido o contato direto com a população.	Resultado etnográfico Perdas de valores
Escola	A escola ensina a metodologia da caça e pesca e cultura das plantas medicinais, o que é português e a valorização da língua Guarani.	Resultado etnográfico A escola persiste em uma luta de preservação da sua cultura.
Professor	Formado em pedagogia pela UEA, filha do cacique, fortalece as raízes e cultura, as etnias, já estão aculturados em povo não índio as casas começam a mudar seu modo de vestir, músicas e outras influências da área Urbana.	Resultado etnográfico O formador índio procura fortalecer suas raízes, mais com pouco amparo das autoridades.
Alunos	Querem escola regular, eles querem professores bilíngue, que ensino sua língua mãe e a língua portuguesa, não querem voltar mais para as tribos, querem viver no urbano.	Resultado etnográfico O sistema de aculturação tem afetado em grande escala os alunos indígenas, começam a perder suas culturas e identidades bem como seus rituais e costumes.

Memória	Constatou que a esfera Municipal e Federal deva criar escola voltadas para as culturas e costumes indígenas que a escola seja um ocos que fortaleça mais a expressão indígena, que são os primeiros habitantes, só existe relatos em relação aos povos que a cultura está se perdendo.	Resultado etnográfico Observou-se a falta de influência por parte dos governantes na esfera Municipal, estadual e Federal.
Identidade	Ficou comprovado que cada vez mais o povo indígena está perdendo sua identidade.	Resultado etnográfico É preciso criar os centros culturais, para que cada etnia possa ser valorizada

Fonte: O pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou comprovado que o desenvolvimento tecnológico e a globalização afetam o modo como as pessoas se relacionam, como contestado com os alunos da escola, Uka Umbesara Wakenai Anamarehit. Hoje o sujeito social se apresenta como heterogêneo, trazendo à tona seus atravessamentos identitários, construídos nos discursos.

Observou-se que a escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as matas são alguns fatores que motivaram povos tradicionais a migrar para áreas urbanas.

Quando se fala em aculturação muitos deles desconheciam os seus significados, mas através da pesquisa, os mesmos foram se familiarizando com o termo e entendendo o seu significado, pois o resgate da história do indígena é de suma importância numa sociedade como a brasileira.

No parque das tribos na escola UKA UMBUESARA ANAMAREHIT, os alunos estudam sua própria língua, por isso não tem séries, que tem por objetivo preservar sua cultura.

Com o processo de aculturação devido a inserção da internet, nos centros urbanos deixa a mercê de suas identidades. Por este motivo recomenda-se a análise desta pesquisa a FUNAI, a fim de se conscientizar o processo de aculturação e perda de valores do povo indígena.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik.. "Father's brother's daughter marriage in Kurdistan". Southwestern Journal of Anthropology, 10(2):164-171, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

DERANI, C. Direito ambiental econômico. 2. ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2001. 302 p.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

NÓBREGA. Luciana Nogueira. "Anna Pata, Anna Yan – Nossa terra, Nossa Mãe": a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos territoriais indígenas no Brasil em julgamento. Mestrado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos territoriais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2012.

STAVENHAGEN, Rodolf. Las Organizaciones Indígenas: actores emergentes en America Latina. Revista CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe , Santiago, 1997.

THOMPSON, J. B. Ideologia e Cultura Moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VILLARES, Luiz Fernando. Direito e povos indígenas. Curitiba: Juruá, 2009.